

**ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS –
CEHIDRO.**

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às 14h 15min no Auditório do Parque Massairo Okamura ocorreu a 73ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária; Informes; Definição da composição das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas, de Acompanhamento do PERH e de Gestão Participativa; Apreciação da Minuta de Resolução nº 105 – Altera e prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru (Nota Técnica nº 04/2018); Apreciação da Minuta de Resolução nº 106 – Institui o CBH Afluentes do Alto Araguaia, altera e prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê (Nota Técnica nº 05/2018); Apreciação da Minuta de Moção nº 30 – Direcionada à SEMA solicitando a regulamentação do Licenciamento Ambiental de Barragens em 180 dias (Nota Técnica nº 06/2018); Informes; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida inicialmente pelo Secretário Adjunto Sr. Osmar Lino Farias, que passou a presidência para o Sr. Murilo Morgandi Covezzi, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Nédio Carlos Pinheiro, representante da SEMA, Sr. Juraci de Ozeda Ala Filho, representante da SEPLAN; Sras. Telma Luzia Monteiro e Letícia Bertaia, representantes da SES; Sra. Denise Pontes Duarte, representante da SECID; Sr. Jair de Freitas, representante do DNPM; Sr. Ibraim Fantin da Cruz, representante da UFMT; Sra. Leila Nalis Paiva da Silva Andrade, representante da UNEMAT; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sra. Débora Perozzo, representante da ABAS; Sr. Alvaro Fernando Cícero Leite, representante da FIEMT; Sr. Thiago de Moraes Costa, representante da FAMATO; Sr. Anthero Luiz dos Santos, representante da Nascentes do Xingú; Sr. Claudionor Angeli, representante da COOPEAMAT. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que agradeceu a presença de todos. Informou que o Secretário de Meio Ambiente André Luis Torres Baby não pode comparecer a reunião devido a uma convocação de última hora do Governador Pedro Taques, e apresentou o Sr. Osmar Lino Farias, Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da SEMA, informando aos conselheiros que de acordo com o Regimento Interno do CEHIDRO em caso de ausência do Secretário de Meio Ambiente a Presidência da reunião fica a cargo do Secretário Adjunto. O Secretário Adjunto colocou que é o seu oitavo dia na SEMA, destacando que anteriormente trabalhava na área de segurança e que está aprendendo muito, passando a palavra ao Secretário Executivo para conduzir a reunião. O Secretário Executivo pediu então que os conselheiros fizessem uma apresentação rápida, com o seu nome e entidade que representa, atendendo a uma solicitação dos estudantes da UFMT presentes, o que foi atendido pelos conselheiros. Após as apresentações o Secretário Executivo passou à apreciação da Ata da 72ª Reunião Ordinária, questionando se alguém teria alguma consideração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 54ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por

37 unanimidade. Dando continuidade o Secretário Executivo se apresentou, colocando aos conselheiros
38 que esta há um mês no cargo a convite do Secretário André Baby e que a primeira demanda que lhe
39 foi passada é a aprovação da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, que trata da Política Estadual de
40 Recursos Hídricos e esta tramitando desde 2012, tendo inclusive já passado pelo CEHIDRO. Dando
41 continuidade, solicitou aos conselheiros a apreciação de uma inclusão de pauta, referente à alteração
42 de um Artigo da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, colocando aos conselheiros que a mesma não
43 foi incluída na pauta pois foi uma demanda identificada após o envio da convocação, porem existe
44 uma necessidade de alteração do Art. 50 da mesma para adequar aos tramites da SEMA. Colocou em
45 seguida em votação a inclusão de pauta, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Em
46 seguida passou ao próximo item da pauta, colocando aos presentes que é necessário se definir quem
47 irá fazer parte da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, da Câmara Técnica de
48 Acompanhamento do PERH - CTPERH e da Câmara Técnica de Gestão Participativa CTGPar, de
49 forma a evitar que as mesmas tenham suas reuniões esvaziadas como ocorreu na ultima reunião da
50 CTGPar. Colocou aos conselheiros que a CTAS tem a atribuição de discutir os temas relacionados à
51 água subterrânea e também a temas relativos à outorga de água superficial, conforme deliberado pela
52 Plenária em reunião anterior, ficando definido que a CTAS será composta por representantes da
53 SEMA, ABAS, Nascentes do Xingu, FIEMT, DNPM, SEPLAN, FAMATO, SES e ABES. A Secretaria do
54 CEHIDRO informou aos conselheiros que a CTPERH apesar de se referir somente ao Plano Estadual
55 tem a incumbência de acompanhar a elaboração de todos os Plano de Bacia, inclusive o Plano
56 Integrado de Bacia das UPGS P2 e P3 que esta em fase de elaboração do diagnostico pela UFMT e o
57 qual o CEHIDRO é responsável pela aprovação. Ficou acordado que a CTPERH será composta por
58 representantes da SEMA, Nascentes do Xingu, SECID, FIEMT, FAMATO, UNEMAT, SEDUC e
59 ABES. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que a CTGPar trata de todos os temas
60 relacionados à Comitês de Bacia, destacando que a ultima reunião quase não ocorreu por falta de
1 quórum, e tinha uma deliberação importante que era a apreciação da minutas de Resolução nº 105 e
2 106 que viabilizam a criação dos CBHs do Rio Jauru e dos Afluentes do Alto Araguaia, sendo
3 complementado pela Secretaria do CEHIDRO que esta Câmara Técnica terá uma importância grande
4 no acompanhamento do Programa PROCOMITÊS, lembrando aos conselheiros que a aprovação do
5 cumprimento das metas do mesmo é responsabilidade do CEHIDRO. Ficou acordado que a CTGPar
6 será composta pela SEMA, Fórum Estadual dos CBHs, Nascentes do Xingu, SEDUC, UNEMAT,
7 ABES, SECID, UFMT, SES e COOPEAMAT. A Sra. Sibelle Jakobi informou que irá encaminhar e-mail
8 solicitando a indicação de um representante titular e suplente das entidades elencadas para compor as
9 Câmaras Técnicas, destacando que não é necessário que seja o conselheiro a integrar a Câmara
10 Técnica, porem caso não seja feita nenhuma indicação e representante o mesmo será responsável
11 pela participação. O conselheiro Álvaro Leite solicitou que as reuniões da Câmaras Técnicas fossem
12 realizadas alternadamente no período matutino e vespertino, pois somente no período vespertino é

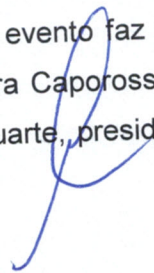
73 ruim para quem trabalha o dia inteiro, sendo sugerido pela conselheira Telma Monteiro que o horário
74 de realização das reuniões seja deliberado dentro de cada Câmara Técnica, o que foi aprovado pelos
75 presentes. O Secretário Executivo colocou aos presentes que é necessário agendar a data da reunião
76 da CTAS, uma vez que a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos encaminhou uma demanda
77 relacionada à águas subterrâneas para ser apreciada na mesmo. Ficou definido que a reunião da
78 CTAS ocorrerá no dia 17 de maio, no período vespertino caso possa ser realizada no Auditório do
79 Parque Massairo Okamura e no período matutino, na SEMA, caso não o auditório do Parque Massairo
80 Okamura esteja ocupado. Dando continuidade à pauta, o Secretario Executivo passou à Apreciação da
81 Minuta de Resolução nº 105, que altera e prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê de Bacia
82 Hidrográfica do Rio Jauru, colocando que foi encaminhada anteriormente aos conselheiros juntamente
83 com a Nota Técnica nº 04/2018. A Sra. Sibelle Jakobi colocou que é necessário se fazer essa
84 prorrogação do mandato uma vez que o mandato da Comissão Pró-Comitê já esta expirado, porem a
85 Comissão ainda deve realizar o processo eleitoral e organizar a posse dos membros, destacando que
86 inclusive já foi lançado o edital eleitoral e realizadas as reuniões da comissão julgadora, porem se
87 prorrogando o mandato se legitima estas ações. A conselheira Sarah Caporossi perguntou porque o
88 mandato é de apenas seis meses, ao que foi respondida pela Sra. Sibelle Jakobi que esta é uma
89 limitação imposta pela Resolução nº 04/2006, ponderando que a mesma deverá ser revisada. O
90 Secretario Executivo colocou em votação a Minuta de Resolução nº 105, que altera e prorroga o
91 mandato da Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Jauru, a qual foi aprovada por
92 unanimidade. Em seguida o Secretário Executivo colocou em apreciação da Minuta de Resolução nº
93 106, que institui o CBH Afluentes do Alto Araguaia, altera e prorroga o mandato da Comissão Pró-
94 Comitê, ponderando que foi encaminhada anteriormente juntamente com a Nota Técnica nº 05/2018. A
95 sra. Sibelle Jakobi colocou que a criação deste CBH é uma das metas a serem atendidas no
96 Procomitês, e este CBH, juntamente com o CBH Jauru, tem que ter realizado o processos eleitoral e
97 dado posse aos seus membros até o final de 2018, destacando ainda que devido ao processo eleitoral
98 que ocorrerá em outubro, provavelmente o CBH Afluentes do Alto Araguaia deverá abrir seu processo
99 eleitoral, realizar a escolha dos membros pela comissão eleitoral, porem dar posse aos membros
100 somente em novembro. O Secretario Executivo colocou em votação Minuta de Resolução nº 106, que
101 institui o CBH Afluentes do Alto Araguaia, altera e prorroga o mandato da Comissão Pró-Comitê, que
102 foi aprovada por unanimidade. Passou ao próximo item da pauta colocando em apreciação a Minuta
103 de Moção nº 30, direcionada à SEMA solicitando a regulamentação do Licenciamento Ambiental de
104 Barragens em 180 dias, encaminhada anteriormente em conjunto com a Nota Técnica nº 06/2018. O
105 Secretario Executivo colocou aos conselheiros que este é um problema seríssimo que encontramos na
106 SEMA, além de ser uma das metas do PROGESTÃO a segurança de Barragens, existem diversas
107 barragens no Estado para licenciar e não existe regulamentação de como será este procedimento,
108 ponderando que o processo de elaboração desta regulamentação encontrava-se paralisado na SEMA

109 e esta foi uma das questões que o Secretário André Baby solicitou que fosse solucionada, porem que
110 se retomou o processo de elaboração da normatização. A conselheira Sara Caporossi questionou se
111 essa normatização envolverá somente barramentos para a geração de energia elétrica, ao que foi
112 respondida pelo Secretário Executivo que envolverá todos os tipos de barramentos, destacando ainda
113 que incluirá procedimentos de segurança de barragens, outorga de obras hídricas, CAR e
114 licenciamento ambiental. O conselheiro Juracy Ala colocou que existem engenheiros irresponsáveis
115 que cometem erros de projeto, sendo necessário um maior cuidado em relação aos barramentos. O
116 conselheiro Álvaro Leite questionou quem esta envolvido na elaboração desta normatização, sendo
117 respondido pelo Secretário Executivo que o mesmo esta sendo elaborado internamente na SEMA,
118 mas será trazido ao CEHIDRO. O conselheiro Thiago Costa questionou se será tratado no Decreto o
119 CAR ou o SIMCAR, ponderando que o CAR é um documento federal, ao que o Secretário Executivo
120 respondeu que é o SIMCAR que consta na minuta de decreto. A conselheira Denise Duarte questionou
121 se esta Moção irá substituir a Resolução nº 27, que é citada nas considerações, sendo respondida
122 pela Sra. Sibelle Jakobi que não irá substituir pois são instrumentos diversos e com finalidade também
123 diferente, ponderando que a Resolução foi citada por tratar de tema que esta diretamente relacionado
124 com a Minuta de Moção. O conselheiro Álvaro Leite ponderou que paralisar os processos por 180 dias
125 deixa o empreendedor vulnerável, destacando que a FIEMT e a FAMATO devem entrar no processo
126 de discussão do Decreto. O Secretário Executivo respondeu que é possível incluir a FAMATO e a
127 FIEMT no processo, já que ainda estamos em fase de construção da minuta de Decreto. A conselheira
128 Sara Caporossi colocou que é um tema que deve ser discutido, pois os barramentos fazem parte de
129 uma gama de empreendimentos, e é necessário se levar a sociedade o embasamento para entender o
130 que é e os riscos. O Secretário Executivo destacou que os processos de que tratam a Minuta de
131 Moção nº 30 já se encontram paralisados na SEMA em virtude do Parecer Administrativo nº
132 91/SUNOR/SEMA/2016, e que a intenção da Minuta de Moção é estabelecer um prazo para solucionar
133 o problema e assim dar uma resposta definitiva ao empreendedor. A conselheira Sara Caporossi
134 questionou se 180 dias não é um prazo muito longo, ao que o conselheiro Álvaro Leite ponderou que a
135 questão não é quanto ao prazo, mas sim a necessidade de participar do processo de elaboração do
136 Decreto que irá regulamentar os barramentos. O conselheiro Thiago Costa sugeriu que fosse formado
137 um grupo de trabalho para acompanhar a elaboração do Decreto, sendo complementada a sugestão
138 pela conselheira Telma Monteiro de que este grupo seja formado pela FIEMT, FAMATO e ABES,
139 entidades que demonstraram interesse, e depois seja trazido para submissão ao CEHIDRO, o que foi
140 aprovado pelos presentes. O conselheiro Juracy Ala colocou que existem varias legislações que tratam
do tema de formas diferentes, e que pode se embasar nas mesmas para elaborar a minuta. O
Secretário Executivo colocou em votação a Minuta de Moção nº 30, direcionada à SEMA solicitando a
regulamentação do Licenciamento Ambiental de Barragens em 180 dias, a qual foi aprovada por
unanimidade. O secretário Executivo passou então a apreciação da pauta que foi incluída, informando

145 aos conselheiros que verificou-se a necessidade de adequação do Art. 50 do Projeto de Lei de
146 alteração da Lei nº 6.945/97, já apreciada no CEHIDRO, efetuou a leitura do artigo e ponderou que a
147 alteração sugerida é a modificação da exigência da outorga de direito de uso dos recursos hídricos
148 para a obtenção da licença de instalação, e não para a licença prévia como colocado no artigo em
149 questão, explicando aos conselheiros que a licença prévia analisa somente a viabilidade ambiental do
150 local proposto para o empreendimento, e que pode ser necessária a alteração deste local.
151 Complementou que a obtenção da outorga é um processo que tem demandado mais tempo, devido a
152 existência de um passivo, e que com esta exigência da outorga já na fase da licença prévia, caso se
153 verifique a necessidade de alteração do local o empreendedor tem que solicitar uma alteração da
154 outorga antes de dar continuidade na obtenção da licença, tendo que novamente aguardar o tempo de
155 análise. A Sra. Sibelle Jakobi colocou ainda aos conselheiros que a utilização da outorga só passa a
156 ocorrer realmente na fase da licença de instalação. O conselheiro Álvaro Leite questionou se não
157 estará somente se transferindo o passivo para a SUIMIS, ao que o Secretário Executivo respondeu
158 que não pois a SUIMIS tem uma maior quantidade de técnicos e uma estrutura mais robusta para
159 fazer a análise, destacando ainda que a intenção é dar maior fluidez nos processos. A conselheira
160 Denise Duarte ponderou que é importante dar rapidez aos processos porque existem obras públicas
161 em que se perdeu o prazo para obtenção de recursos financeiros por não ter o licenciamento
162 ambiental. A conselheira Debora Perozzo questionou se no caso dos poços tubulares seria exigida a
163 autorização de perfuração na licença prévia. O conselheiro Nédio Pinheiro colocou que no caso de
164 poço tubular pode ocorrer de se perfurar o mesmo e não se obter água, especialmente em aquíferos
165 fraturados como é o caso da região de Cuiabá, neste caso seria interessante se manter a outorga na
166 fase da licença prévia. A conselheira Denise Duarte colocou que para ser viável se manter a outorga
167 na fase da licença prévia se deve garantir a emissão da outorga com maior celeridade, ao que foi
168 respondida pelo conselheiro Nédio Pinheiro que esta se trabalhando neste ponto, sendo
169 complementado pelo Secretário Executivo que este é um gargalo que estamos tentando resolver
170 dentro da SEMA. O Secretário Adjunto colocou que está sendo estudada a viabilidade de durante um
171 dia por semana, possivelmente na quarta feira, se fazer expediente interno, sem atendimento ao
172 público, para debelar este passivo. O conselheiro Jair de Freitas ponderou que a água subterrânea
173 tem uma interface muito forte com a água mineral e que o DNPM tem uma série de exigências para a
174 autorização de uso da mesma. O conselheiro Nédio Pinheiro retirou a proposta de solicitar a outorga
175 de águas subterrâneas na fase da licença prévia, ao que a conselheira Debora Perozzo solicitou que
176 nos tramites internos da SEMA, especificamente no Termo de Referencia da Licença Prévia, seja
177 exigida a autorização de perfuração, o que foi aprovado. O Secretário Executivo colocou em votação a
178 alteração do Art. 50 do Projeto de Lei de alteração da Lei nº 6.945/97, o qual foi aprovado por
179 unanimidade e passa a ter a redação "Art. 50 A concessão de licença de instalação para
180 empreendimentos que demandem a utilização de recursos hídricos dependerá da obtenção da

181 respectiva outorga do direito de uso, em consonância com os dispositivos específicos". O Secretário
182 Executivo deu continuidade à pauta, informando aos conselheiros que em virtude da alteração da
183 Secretaria Executiva é necessário informar a substituição ao CNRH, porem como a vaga em questão é
184 de representação o CEHIDRO trouxe ao Conselho para aprovação, e procedeu à leitura do Ofício nº
185 10/CEHIDRO/2018, o qual foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Informou ainda aos
186 conselheiros que a Sra. Sibelle Jakobi irá assumir a Secretaria do CEHIDRO no lugar da sra. Dercília
187 Barbosa de Souza, colocando que gostaria de agradecer ao serviço que esta prestou ao CEHIDRO e
188 que infelizmente a mesma não pode comparecer a reunião de hoje devido a problemas de saúde de
189 seu marido. A conselheira Denise Duarte pediu que fossem repassados os agradecimentos à mesma
190 em nome de todos os conselheiros. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que esta sendo
191 estudada a possibilidade de alteração do local de realização das reuniões do CEHIDRO para um local
192 que possibilite a gravação da mesma, destacando eu solicitou o Plenário da OAB por ser um local
193 neutro porem devido a realização de eleições na mesma não será possível nos atender, e que esta
194 verificando a possibilidade de realizar na FIEMT, ponderando que esta mudança de local
195 provavelmente irá acarretar em uma mudança nas datas das reuniões ordinárias, que será trazido
196 posteriormente ao CEHIDRO. A conselheira Sara Caporossi colocou que pode se realizar no CREA e
197 a conselheira Denise Duarte colocou que existe o auditório da SINFRA, tendo que se verificar somente
198 se o mesmo realiza gravação de áudio. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que está
199 sendo organizada uma reunião Extraordinária do CEHIDRO para o dia 06 de junho de 2018, no
00 período da manhã, que ocorrerá durante o X Seminário Estadual de Recursos Hídricos e o a XIV
01 Semana do meio Ambiente, que terá como tema "Mato Grosso berço das águas", que ocorrerá de 05 a
02 08 de junho, destacando que a Sra. Sibelle Jakobi irá encaminhar a convocação para a reunião
03 extraordinária e o convite para o seminário posteriormente. Deu continuidade colocando aos
04 conselheiros que esta ocorrendo o Chamamento Publico nº 01/SEMA/2018, objetivando a contratação
05 de uma organização da sociedade civil para regularizar o apoio administrativo aos CBHs com
06 utilização do recurso proveniente do Programa PROCOMITÊS, destacando que o valor de repasse é
07 de quinhentos mil reais anuais para atendimento dos 10 CBHs instituídos no Estado. A Sra. Sibelle
08 Jakobi colocou que a intenção de fazer tal termo de colaboração é possibilitar o atendimento das
09 demandas dos CBHs com o recurso do PROCOMITÊS com a supervisão da SEMA, destacando que
os mesmos terão que atender uma série de metas da ANA para fazer jus ao repasse. Colocou ainda
que o prazo para inscrições finaliza no dia 28 de maio e que é fundamental que os conselheiros
ajudem a fazer a divulgação deste chamamento para que o mesmo chegue ao maior número de
interessados. O Secretário Executivo informou aos conselheiros que a Moção nº 29, aprovada em
reunião anterior e que solicita um posicionamento do Ministério Publico quanto a Lei nº 10.669/2018,
que isenta empreendimentos de piscicultura com até cinco hectares de lâmina d'água de outorga, foi
encaminhada ao procurador Geral de Justiça. Colocou aos conselheiros que foi assinado um TAC

217 entre a SEMA, Águas Cuiabá e Ministério Público que proíbe a emissão de novas outorgas de
218 captação de águas subterrâneas e a renovação das já emitidas em regiões de Cuiabá atendidas pela
219 empresa de saneamento a partir de primeiro de janeiro de 2019. O Conselheiro Anthero dos Santos
220 questionou se este TAC é para qualquer região do Estado, ao que a conselheiro Debora Perozzo
221 respondeu que é somente para a área urbana de Cuiabá. A conselheira Denise Duarte questionou se
222 temos acesso ao TAC, ao que o Secretario Executivo respondeu que não teve aceso até o momento
223 porem que irá solicitar o mesmo à Subprocuradoria e trará o mesmo para a próxima reunião, a titulo de
224 conhecimento. O Secretario Executivo informou aos conselheiros que no dia 08 de maio foi publicada
225 a Lei Federal nº 13.661, que altera as parcelas pertencentes aos Estados e aos Municípios do produto
226 da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para a geração e energia Elétrica,
227 passando a ser de 25% para os Estados e de 65% para os municípios, uma perda de 40% do recurso
228 que vinha para os cofres do Estado. A Sra Sibelle Jakobi colocou que esta é uma discussão antiga, já
229 tendo sido feita inclusive uma moção do CEHIDRO, que com toda uma mobilização da ANA e do
230 CNRH tinha conseguido paralisar o tramite desta lei, porem agora a mesma foi aprovada. O
231 conselheiro Jair de Freitas colocou que esta lei esta acompanhando as leis de compensação financeira
232 pela exploração mineral. O Secretario Executivo informou aos conselheiros que participou do Fórum
233 Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, representando o Fórum Estadual de Comitês de Bacia
234 Hidrográfica, colocando que existe muita informação e muitas atividades acontecendo, sendo
235 fundamental o aprofundamento nos temas tratados. Colocou ainda que esta confirmada a realização
236 do XX Encob no período de 20 a 24 de agosto de 2018 em Florianópolis – SC. Informou aos
237 conselheiros que no dia 22 de maio ocorrerá em Cuiabá a reunião do GAP, no Hotel Mato Grosso, a
238 qual é fechada para os membros e que conta com participantes indicados pelo CEHIDRO. Nn mesmo
239 dia, das 18h 30 min às 20h 30 min, no Hotel Mato Grosso, será realizada uma reunião publica aberta a
240 todos para a apresentação do PRH Paraguai, o qual foi aprovado pela plenária do CNRH, destacando
241 que será encaminhado um convite oficial para os conselheiros. O conselheiro Álvaro Leite questionou
242 se a UNB irá apresentar também o resultado dos estudos que esta realizando, sendo respondido pela
243 Sra. Sibelle Jakobi que irá verificar e informará posteriormente. O conselheiro Juracy Ala ponderou que
244 estamos em um ano eleitoral e que para que realmente se implemente os Planos é fundamental que
245 eles constem nos projetos dos candidatos e posteriormente sejam refletidos no PTA/PPA para poder
246 realmente executá-los, e que é fundamental o apoio da ANA para isto. O Secretario Executivo passou
247 aos assuntos gerais e abriu a palavra aos conselheiros. O conselheiro Álvaro Leite colocou que nos
248 dias 21 a 23 de maio ocorrerá o 8º Seminário de Energia – Ideias Sustentáveis e Eficiência Energética
249 na FIENT, com a inauguração no dia 21 as 19h do primeiro eletroposto de Mato Grosso, para
250 recarregar carros elétricos, destacando eu este evento faz parte do programa da FIENT de energia
251 sustentável para a industrias. A conselheira Sara Caporossi colocou que ela como representante da
252 ABES, juntamente com a conselheiro Denise Duarte, presidente da ABES, tem o orgulho de informar



que será sediado em Cuiabá o 13ª Seminário nacional de Resíduos Sólidos, que ocorre a cada dois anos, destacando que nos dias 30 e 31 de agosto serão realizadas palestras e no dia 01 de setembro serão realizados os dias de campo. Destacou ainda que as inscrições estão abertas no site da ABES e que conta com a colaboração de todos para o evento ocorrer com sucesso. O conselheiro Nédio Pinheiro informou que a Associação dos Geólogos do Estado de Mato Grosso – AGEMAT e a Associação dos Geólogos de Mato Grosso – SINGEMAT irão realizar no dia 25 de maio as 14h no Auditório do CREA-MT uma mesa redonda para debater a “Gestão de águas subterrâneas para balneários e o Sistema de Gerenciamento de Barragens de Mineração – SIGBM”. O Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e dos estudantes da UFMT, destacando que as reuniões do CEHIDRO se dão de forma salutar e quem ganha é o meio ambiente e os recursos hídricos. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 16h 05min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.


ANDRE LUIS TORRES BABY

Presidente do CEHIDRO


MURILO MORGANDI COVEZZI

Secretário Executivo do CEHIDRO